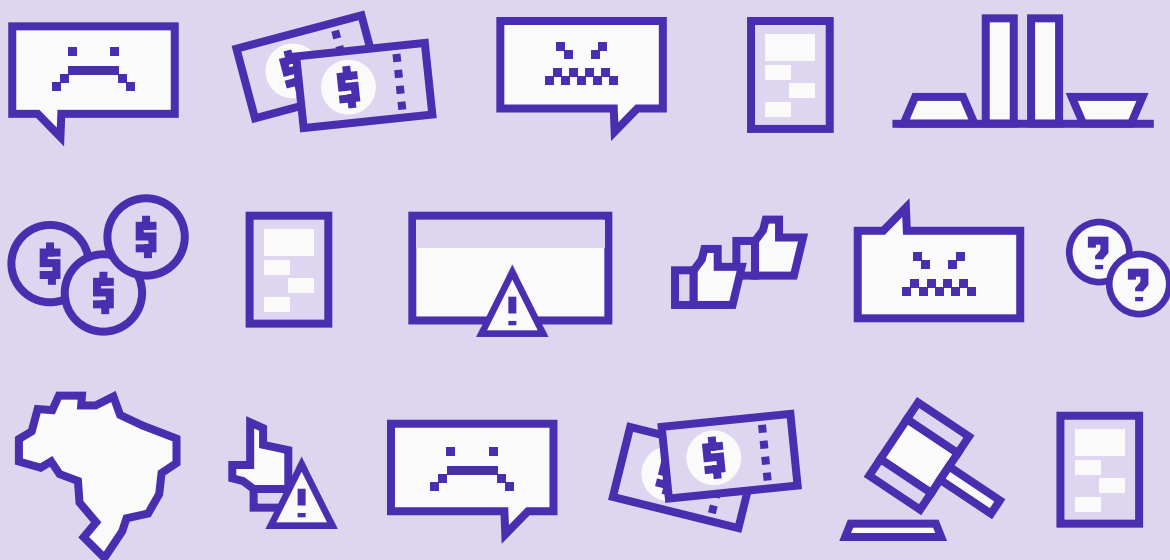




RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA DIGITAL:

O FUNCIONALISMO PÚBLICO NA ARENA SOCIAL

Publicado em Julho de 2026

República.org Lupa

EDITORIAL

OBSERVATÓRIO LUPA

PESQUISA: BEATRIZ FARRUGIA

Beatriz Farrugia é analista de pesquisa da Lupa. É mestre em jornalismo de dados pela Birmingham City University (BCU), pesquisadora e professora. Especialista em pesquisas sobre desinformação e campanhas de manipulação e interferência estrangeira da informação (FIMI).

METODOLOGIA: RAPHAEL KAPA

Raphael Kapa é jornalista e professor, coordenador de Educação da Lupa. Também é orientador pedagógico do colégio Andrews e leciona no Sion. É colunista do Futura e da Rádio Roquette Pinto. Possui mestrado e doutorado em História pela UFF e é autor do livro “Educação Midiática, por uma democracia digital”.

VICTOR TERRA

Victor Terra é analista e repórter de educação da Lupa. Jornalista e mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ e graduando em Psicologia pela Universidade Veiga de Almeida.

COORDENAÇÃO: CRISTINA TARDÁGUILA

Cris Tardáguila é jornalista, fundadora da Lupa. Tem pós-graduação em jornalismo e MBA em Marketing Digital. Foi diretora adjunta da International Fact-Checking Network e coordenou a aliança #CoronavirusFacts, que levou os checadores a serem indicados ao Nobel em 2021.

DIREÇÃO: NATÁLIA LEAL

Natália Leal é diretora-executiva da Lupa e preside o conselho da Ajor (Associação de Jornalismo Digital). Recebeu o Prêmio Knight de Jornalismo do International Center for Journalists em 2021 por sua atuação frente à desinformação no Brasil durante a pandemia.

REPÚBLICA.ORG

DIREÇÃO DE COMUNICAÇÃO: DANIELA PINHEIRO

Jornalista com trajetória em veículos como Folha de S.Paulo, Revista Veja, Revista Piauí e Revista Época, foi editora da Piauí por mais de uma década e curadora de seu Festival Internacional de Jornalismo. É quatro vezes vencedora do Troféu Mulher Imprensa e recebeu três vezes o Prêmio Comunique-se como melhor jornalista de mídia impressa do país.

DIRETORA EXECUTIVA: ISADORA MODESTO

Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. É mãe e tem mais de 15 anos de experiência no serviço público, unindo pesquisa e atuação direta em políticas públicas nas áreas de Assistência Social, gestão estratégica, projetos, planejamento, orçamento e gestão. Atuou nas diferentes esferas dos entes federados e foi Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão de Niterói / RJ.

COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO: LUCAS CORTEZ

É formado em Comunicação Social pela PUC-Rio e tem MBA em Gestão de Negócios pelo IBMEC. Atuou como Diretor de Operações do Redes Cordiais, trabalhou na área de planejamento estratégico da Globo e no marketing do CineBrasilTV. Também fez parte da equipe da Hau Inc., empresa de pesquisa, e das consultorias em sustentabilidade Grupo Dialog e Agência 21.

ANALISTA DE COMUNICAÇÃO: FERNANDA BRAZ

Redatora publicitária com experiência em marketing digital e produção de conteúdo. Atua na criação de narrativas estratégicas, campanhas e conteúdos voltados para engajamento, posicionamento de marca e tradução de temas complexos para diferentes públicos. Já passou por grandes agências como WMcCann e BETC Havas e já criou textos para marcas como Netflix, Santander, Twitter, Personare e Ifood.

ESPECIALISTA EM ADVOCACY: FERNANDA DE MELO

Formada em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo, Fernanda é especialista em gestão pública pelo Insper. Atua há 7 anos no terceiro setor e coordenou o Movimento Pra Ser Justo, iniciativa pela reforma tributária do consumo. Hoje é especialista de advocacy na República.org e MaisProgresso.org

ARTE E PROJETO GRÁFICO: JORDANA LEITE

ÍNDICE

08

INTRODUÇÃO E SUMÁRIO EXECUTIVO

10

OS PENDURICALHOS

1. TENDÊNCIA DE MENÇÕES

2. O AMPLO CONSENSO

3. OS MAIS REJEITADOS E A CONFUSÃO DO ESCOPO

4. OS ALVOS DAS CRÍTICAS

5. AS DUAS PRINCIPAIS MACRONARRATIVAS

6. O DEBATE POLÍTICO

34

METODOLOGIA

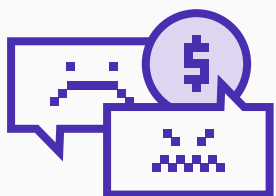
INTRODUÇÃO E

SUMÁRIO EXECUTIVO

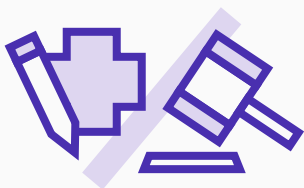
PRINCIPAIS ACHADOS:



O debate sobre a gestão do Estado brasileiro mobilizou um ecossistema de quase 1 milhão de publicações em redes sociais e aplicativos de mensageria ao longo de 12 meses (uma média de mais de 114 posts por hora). Uma alta que merece atenção.



Há um **consenso suprapartidário na rejeição aos privilégios e supersalários** do topo da máquina pública.



A opinião pública digital separa cirurgicamente o servidor de carreira da base (professores, enfermeiros), tidos como essenciais, da elite do funcionalismo, **vista como uma “casta” isolada da realidade econômica do país.**

Entre julho de 2025 e julho de 2026, o debate sobre o funcionalismo público brasileiro voltou com força ao centro das discussões no ambiente digital. Distante de abstrações técnicas ou debates orçamentários convencionais, a percepção popular cristalizou-se em torno de uma grande agenda: o combate aos chamados “penduricalhos”. Esta pesquisa, que combina análise quantitativa e qualitativa,

investigou a dinâmica das conversas em redes sociais abertas e aplicativos de mensagem para jogar luz nesse universo.

Os dados esmiuçados nas próximas páginas revelam que os penduricalhos e os supersalários constituem um dos **raríssimos fenômenos de unanimidade na internet brasileira**. Independentemente do posicionamento político-ideológico do internauta — seja de direita, centro ou esquerda —, predomina uma rejeição categórica ao pagamento de benefícios considerados excessivos para servidores que já recebem remunerações elevadas.

Nesse universo, o **Poder Judiciário concentra a maior parte das críticas** e foi frequentemente associado à existência de privilégios, enquanto **o Congresso Nacional apareceu em seguida**, como alvo recorrente de questionamentos sobre benefícios e gastos públicos.

OS PENDURICALHOS

“PENDURICALHOS” É UM TERMO INFORMAL USADO PARA SE REFERIR A BENEFÍCIOS, GRATIFICAÇÕES, AUXÍLIOS, INDENIZAÇÕES E OUTRAS VERBAS ADICIONAIS QUE SÃO PAGAS ALÉM DO SALÁRIO-BASE DE UM SERVIDOR OU AGENTE PÚBLICO.

1. TENDÊNCIA DE MENÇÕES

PRINCIPAIS ACHADOS:



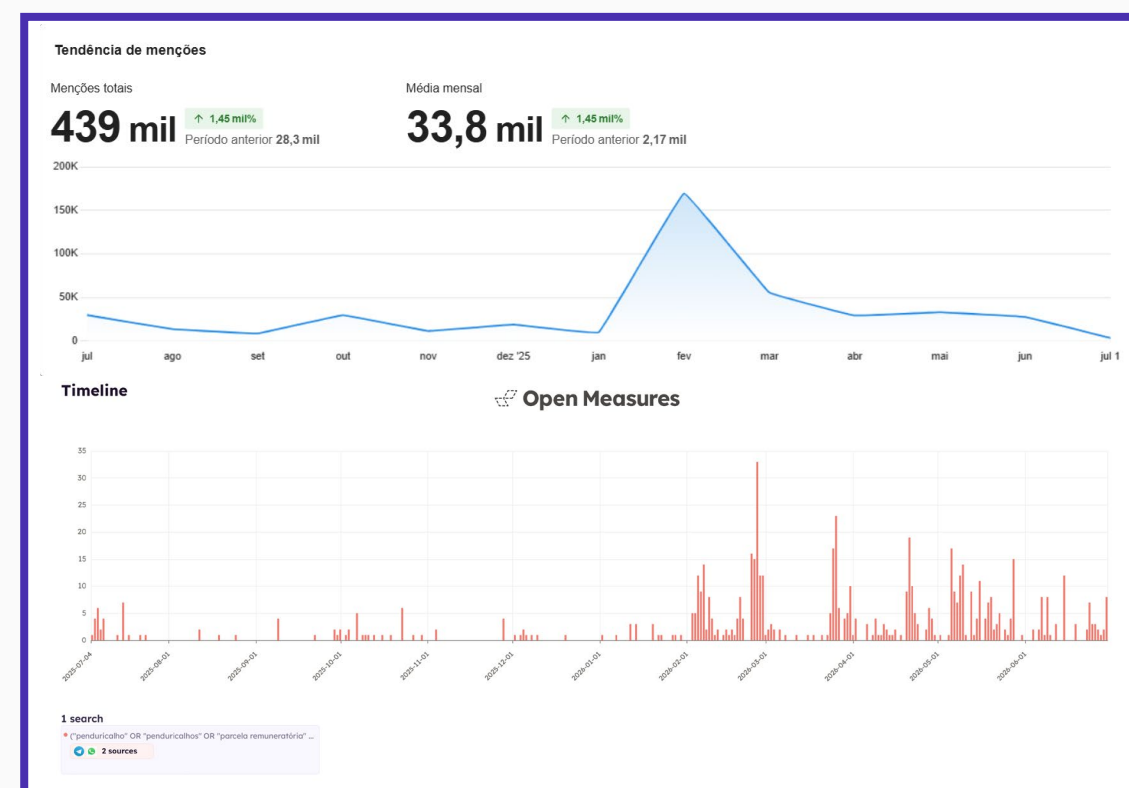
O tema dos penduricalhos dominou o debate sobre o serviço público nos últimos 12 meses, superando discussões sobre qualidade de atendimento, eficiência da administração ou condições de trabalho dos servidores. De cerca de 935 mil conteúdos publicados sobre o funcionalismo no período, 442 mil menções focaram especificamente nesse tema, sendo 439 mil em redes sociais abertas e 3.500 em aplicativos de mensageria.



O interesse pelos penduricalhos registrou um pico em fevereiro de 2026, impulsionado por uma decisão restritiva do STF, cruzada com a aprovação de reajustes no Legislativo.

O termo informal “penduricalhos” — usado para se referir a benefícios, gratificações, auxílios e verbas adicionais pagos além do salário-base de um servidor ou agente público — consolidou-se como o foco principal do debate público sobre o funcionalismo no último ano. Com base nos dados coletados pelas ferramentas Meltwater e Open Measures em nove redes sociais e em grupos públicos de WhatsApp e Telegram, as conversas mantinham-se estáveis e pontuais no segundo semestre de 2025, mas ganharam força a partir de fevereiro de 2026.

Esse pico histórico foi provocado pela combinação imediata de dois acontecimentos contraditórios que inflamaram as redes:



Legenda: Número de posts públicos em redes sociais mencionando penduricalhos, benefícios e gratificações entre 1º de julho de 2025 e 1º de julho de 2026. Fonte: Meltwater e Open Measures.

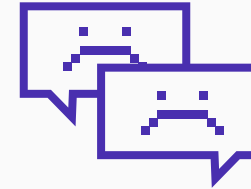
1. A decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinando que os Três Poderes suspendessem o pagamento de penduricalhos considerados ilegais, ou seja, sem fundamento legal específico.
2. A aprovação, pelo Congresso Nacional, de reajustes salariais para servidores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, acompanhada da criação de gratificações (como a de Desempenho e Alinhamento Estratégico), que podiam elevar a remuneração em até 100% do vencimento básico.



O cruzamento de uma medida moralizadora com a criação de um novo benefício ampliou o debate nas redes sociais. Como reflexo prático desse pico, [uma única postagem no X](#) publicada em 6 de fevereiro de 2026 listando 11 gratificações suspensas pela decisão de Dino registrou, por exemplo, 932 mil visualizações, 41 mil curtidas e 7 mil compartilhamentos em poucas horas.

2. O AMPLO CONSENSO

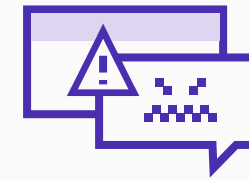
PRINCIPAIS ACHADOS:



Em um ambiente digital altamente polarizado, o tema dos penduricalhos superou as barreiras ideológicas, registrando manifestações idênticas de repúdio em múltiplos espectros políticos.

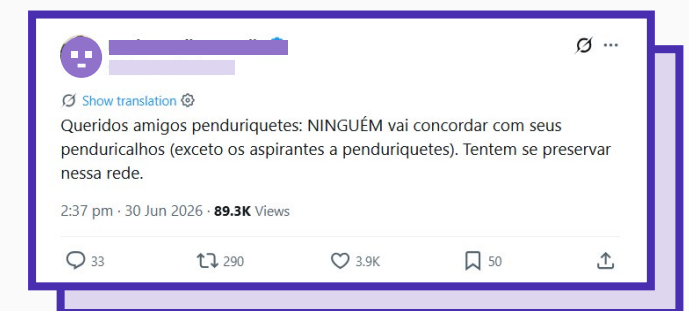


Os internautas interpretam esses benefícios extras como um **descolamento completo e inaceitável** em relação à realidade socioeconômica do trabalhador brasileiro comum.



O depoimento de uma juíza do Trabalho aposentada defendendo gratificações gerou reações em massa de deboche, raiva e indignação, ultrapassando a marca de 3,2 milhões de visualizações.

Diferente de qualquer outro tema da agenda política nacional, praticamente não há manifestações de apoio ou postagens defendendo os penduricalhos nas redes sociais no período analisado. O sentimento predominante de repúdio une influenciadores financeiros neutros e cidadãos comuns, como no exemplo ao lado, de uma postagem de uma usuária do X:



A indignação popular ganhou força com um vídeo que circulou mostrando a juíza do trabalho aposentada Cláudia Márcia de Carvalho Soares. Em sustentação oral no STF, defendendo o pagamento de bônus a magistrados, ela afirmou: “O juiz de primeiro grau não tem carro, paga do seu próprio bolso o combustível, o carro financiado. Não tem apartamento funcional, não tem plano de saúde, não tem refeitório, não tem água e não tem café”.

A reação da opinião pública digital foi imediata e agressiva, misturando deboche, raiva e revolta. Um único post do perfil Eixo Político contendo o vídeo de Soares foi assistido por mais de 3 milhões de pessoas e recebeu 11 mil curtidas e 3,5 mil compartilhamentos. Nos comentários, os internautas confrontaram a fala da magistrada com a realidade do país.

 **Eixo Político** [Show translation](#)

Durante julgamento no STF sobre “penduricalhos”, ex-juíza reclama que magistrados sofrem “muita insegurança jurídica” por não saberem quanto vão receber e que precisam financiar o próprio carro e pagar combustível e café com o seu salário.



CLÁUDIA MÁRCIA DE CARVALHO SOARES
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MAGISTRADOS DO TRABALHO
Paga do seu próprio bolso

7:27 pm · 25 Feb 2026 · 3.2M Views

2.4K 3.5K 11K 1K

 [Show translation](#)

Kkk, eu sou professora, trabalho em escola publica. Hoje eu comprei um armário pra minha sala, pq os brinquedos das crianças eram jogados em caixas de feira, e essa aí reclamando que tem que pagar café do próprio bolso. Ah, é uma palhaçada mesmo.

11:10 pm · 25 Feb 2026 · 238 Views

 [Show translation](#)

Essa mulher vive numa realidade da qual o sistema judiciário brasileiro não deveria ter chegado. Onde já se viu uma senhora ir na corte mais alta do país pra dizer que é um “absurdo” pagar um café ou financiar um carro com o próprio salário? Ela fez a população de otária, triste

7:47 pm · 25 Feb 2026 · 790 Views

 [Show translation](#)

Oxe! Todo mundo que trabalha tem que financiar o próprio, comprar café e abastecer com o próprio dinheiro. Pq só a bonita aí acha que não? Palhaçada!

7:31 pm · 25 Feb 2026 · 19.4K Views

 [Show translation](#)

O descolamento da realidade é impressionante

7:54 pm · 25 Feb 2026 · 521 Views

Legenda: Exemplos de comentários no X reagindo ao vídeo da juíza do trabalho aposentada.
Fonte: Meltwater

Esse fenômeno comprova que o debate digital poupa o funcionário público de carreira da base, mas ataca frontalmente o topo corporativo do Estado. Políticos de partidos rivais — como Kim Kataguiri e Guto Zacarias (ambos do partido Missão) e Erika Hilton (do PSOL) — publicaram discursos na mesma linha de indignação, reconhecendo o impacto negativo desse ecossistema corporativo sobre a confiança da população no Estado.

 **ERIKA HILTON** [@ErikakHilton](#) [Show translation](#)

Auxílio-iPhone.

É essa uma das verbas que uma micro elite do funcionalismo público recebe acima do teto salarial constitucional de 46 MIL REAIS.

Mas querem te convencer que o problema do país é o bolsa-família, é acabar com a escala 6x1 ou dar gás de cozinha pra quem precisa.

Querem te convencer, na proposta da Reforma Administrativa, que o problema é a existência de Concurso Público, e que os servidores públicos deveriam ser indicados por prefeitos e governadores.

Querem te convencer o problema é o piso salarial dos professores e dos enfermeiros que fazem nossas escolas e o SUS funcionarem.

Querem te convencer que o problema é o técnico-administrativo fazer alguns dias de home-office enquanto juízes que sequer precisam aparecer no presencial tão recebendo AUXÍLIO-PANETONE.

 **Guto Zacarias** [@GutoZacariasMBL](#) [Show translation](#)

Concorda comigo? Precisamos de uma reforma administrativa RADICAL que corte os penduricalhos de juízes e acabe com os privilégios de políticos, além de APROVAR um Código de Ética e Integridade para o STF, que criei com base nos modelos dos EUA, Canadá e União Europeia!



11:23 pm · 27 Feb 2026 · 3,149 Views

 **Kim Kataguiri** [@KimKataguiri](#) [Show translation](#)

Propostas do @PartidoMissao:

- Guerra ao crime organizado
- Pena de morte e prisão perpétua
- Desfavelização
- Reindustrialização do Nordeste
- Fim dos privilégios do funcionalismo público

Propostas do Flávio Bolsonaro:

- Blindagem para o STF
- Contra pena de morte
- Ressocialização pra vagabundo
- Anistia pro papai

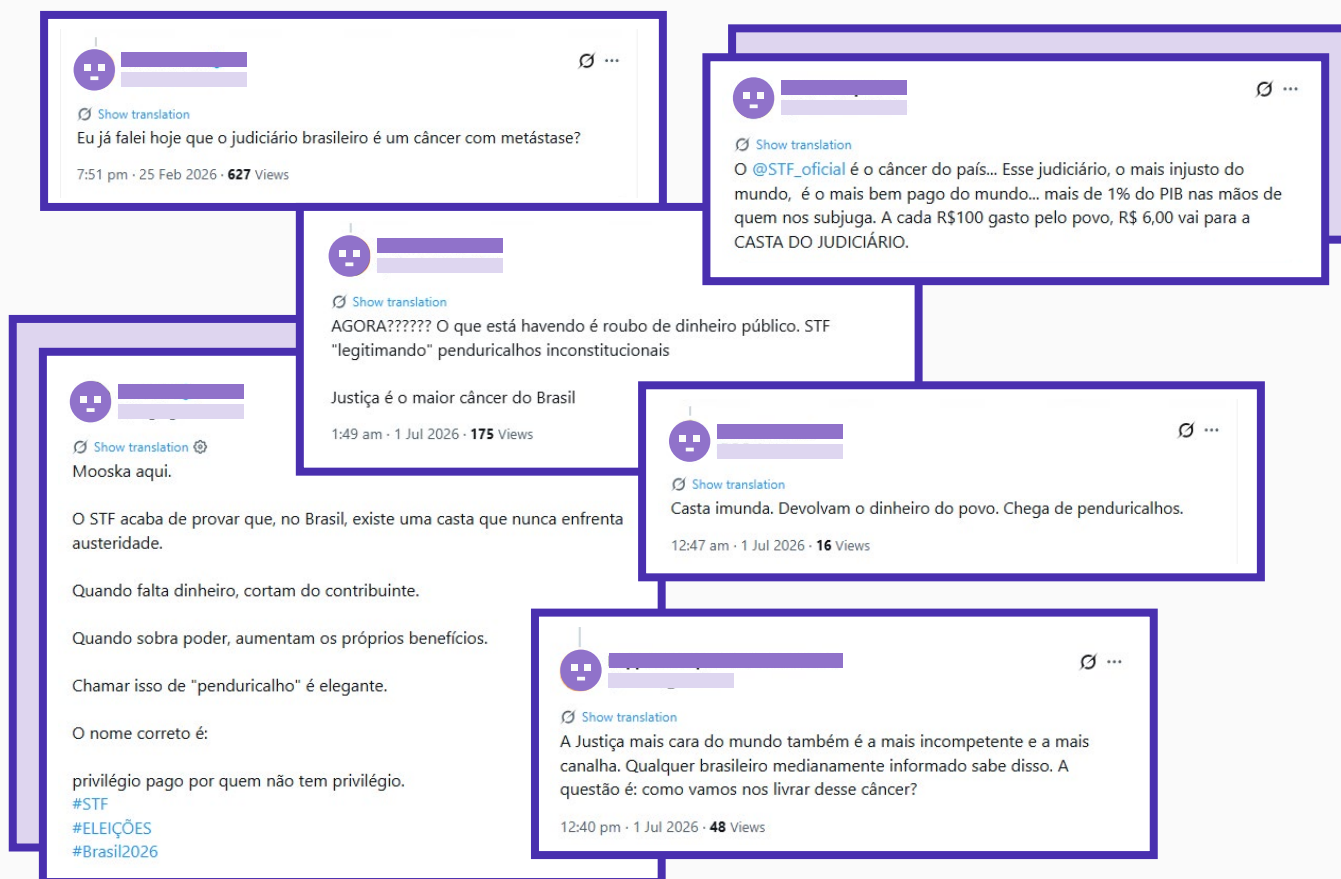
5:23 pm · 2 Mar 2026 · 126.5K Views

“CASTA” E “CÂNCER”

A análise das conversas em redes sociais e aplicativos de mensagem também mostra que o debate sobre os penduricalhos contribui para moldar a percepção (crítica) dos brasileiros sobre o funcionamento do Estado como um todo.

Nas publicações revisadas, os penduricalhos recorrentemente aparecem como símbolo de privilégios, alimentando a narrativa de que determinadas carreiras — especialmente as mais bem remuneradas — formam uma “casta” protegida, distante da realidade da maior parte da população e do próprio funcionalismo público.

Esse sentimento, no entanto, não se traduz em uma rejeição generalizada aos servidores públicos. As críticas concentram-se em categorias específicas, sobretudo integrantes do Poder Judiciário, frequentemente retratados como os principais beneficiários desse modelo de remuneração.



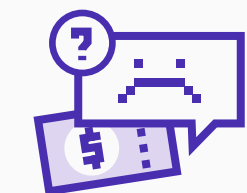
Cerca de 10 mil publicações associavam os penduricalhos ao termo “casta” e aproximadamente mil mensagens compararam esses benefícios a um “câncer”. O uso recorrente dessas expressões revela que parte dos usuários não enxerga os penduricalhos como casos isolados ou distorções pontuais, mas como um problema estrutural que compromete a legitimidade do serviço público e corrói a confiança nas instituições.

3. OS MAIS REJEITADOS E A CONFUSÃO DO ESCOPO

PRINCIPAIS ACHADOS:



As gratificações apelidadas de “Auxílio-Peru”, “Auxílio-Panetone” e “Auxílio-iPhone” centralizam as reações mais duras e passaram a representar o desperdício de recursos públicos.



Embora o tema mobilize milhões de usuários, há um desconhecimento crítico sobre quais benefícios realmente existem, com muitos internautas acreditando que os auxílios são apenas “memes” criados na internet.



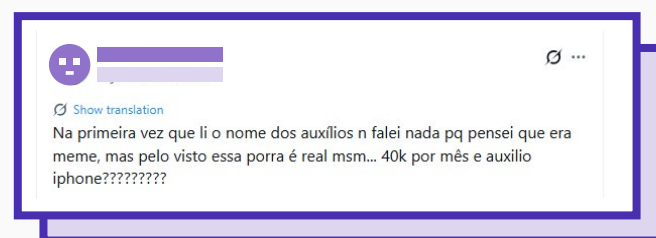
Internautas questionam constantemente quais categorias ou esferas da administração pública recebem ou criam essas vantagens.

A análise semântica das postagens coletadas nos últimos 12 meses aponta que os usuários das redes sociais analisadas toleram apenas benefícios comuns à iniciativa privada regida pela CLT, como o vale-alimentação ou o vale-transporte. Abonos natalinos milionários e reembolsos de tecnologia geram revolta profunda e motivam discursos extremados nas redes.

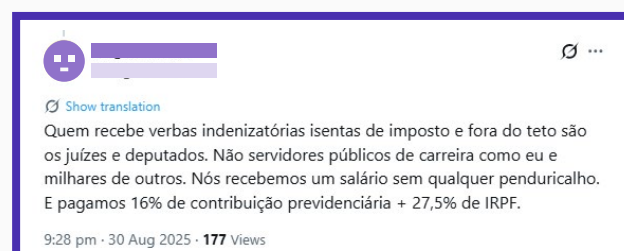


Apesar da ampla repercussão, o estudo detectou três lacunas severas de informação na percepção dos usuários das redes:

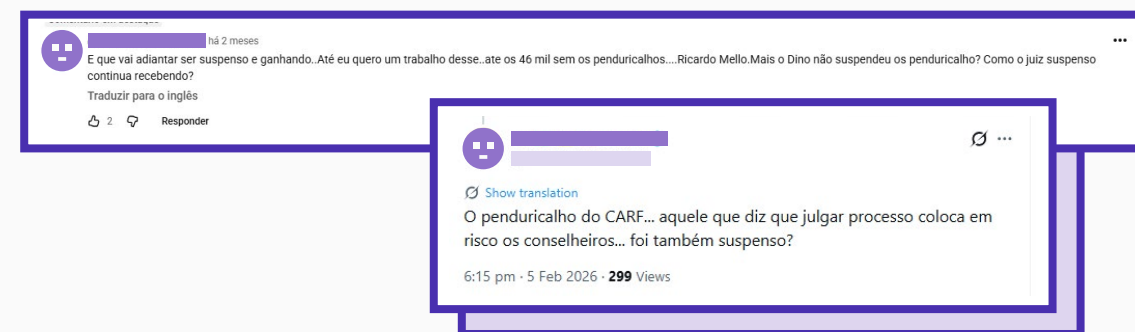
- A. Dúvida sobre a existência real:** O absurdo de alguns nomes faz com que usuários pensem tratar-se de sátiras ou invenções da internet.



- B. Confusão sobre os beneficiários:** O público confunde as categorias, misturando servidores técnicos de carreira com agentes políticos e magistrados.



- C. Desconhecimento sobre revogações:** Os internautas não sabem discernir quais vantagens continuam sendo pagas, quais foram suspensas definitivamente ou quais conseguiram liminares para continuar em vigor.



4. OS ALVOS DAS CRÍTICAS E A CONCENTRAÇÃO DE PODER NAS REDES

PRINCIPAIS ACHADOS:



O sistema de Justiça e o Ministério Público lideram as associações negativas coletadas no universo dos penduricalhos, sendo representados como um grupo isolado da sociedade e imune à austeridade.

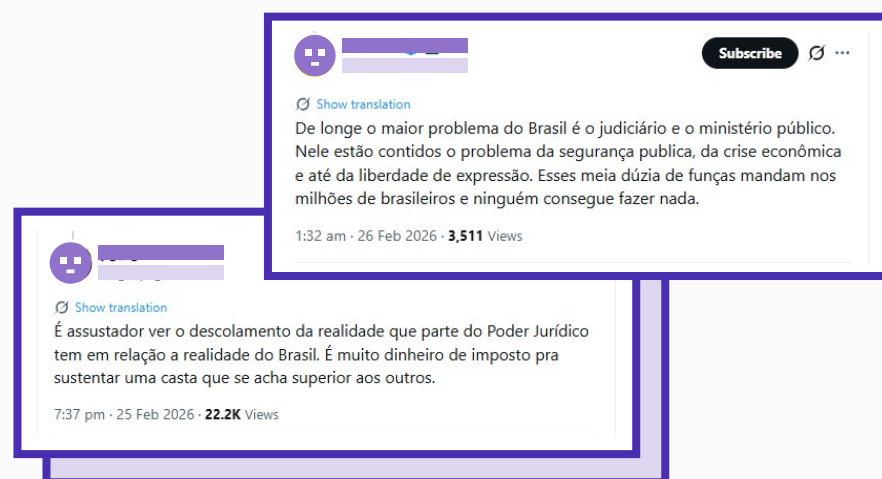


O Congresso Nacional e os servidores das duas Casas são criticados pela percepção de que trabalham pouco e ainda possuem autonomia para decidir sobre seus próprios aumentos, atuando prioritariamente em benefício próprio.



O Supremo Tribunal Federal funciona como o epicentro semântico do debate, polarizando as opiniões entre a comemoração de medidas moralizadoras e a crítica à manutenção de supersalários.

Os internautas associam os penduricalhos prioritariamente ao Poder Judiciário, retratando seus membros por meio de termos como “casta superior”.



Em segundo lugar, a insatisfação atinge o Congresso Nacional e o Legislativo em todas as esferas, com foco no dinheiro dos impostos sendo supostamente usado para autofavorecimento.

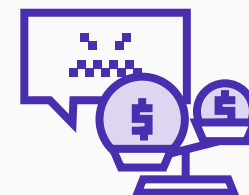


A análise semântica quantitativa comprova essa centralização de alvos. Na nuvem de termos mais frequentes extraída das cerca de 442 mil menções feitas a penduricalhos nas redes, as palavras de maior peso e relevância volumétrica são: **Flávio Dino, STF, Brasil, Judiciário, Congresso, CNJ, Teto Constitucional, Licença Compensatória e Dinheiro Público.**

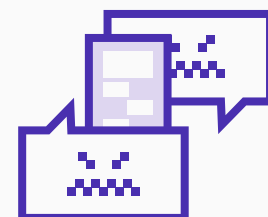


5. AS DUAS PRINCIPAIS MACRONARRATIVAS

PRINCIPAIS ACHADOS:



No X, Instagram e YouTube, os internautas utilizam os penduricalhos para criticar a desigualdade social, contrastando o custo da elite estatal com os gastos destinados ao Bolsa Família.



Nos grupos públicos de WhatsApp e Telegram, o tema perde o caráter consensual e é instrumentalizado como munição partidária contra o governo federal em exercício.



Enquanto o ambiente público das redes abertas une eleitores de diferentes espectros na indignação, os aplicativos de mensageria reforçam a polarização política tradicional.

O **Observatório Lupa** identificou que, nos últimos 12 meses, a conversa online sobre o tema penduricalho se divide em duas macronarrativas paralelas que operam em ecossistemas tecnológicos distintos:

MACRONARRATIVA 1:

O PROBLEMA DO BRASIL SÃO OS PRIVILÉGIOS DA ELITE PÚBLICA, NÃO OS PROGRAMAS SOCIAIS

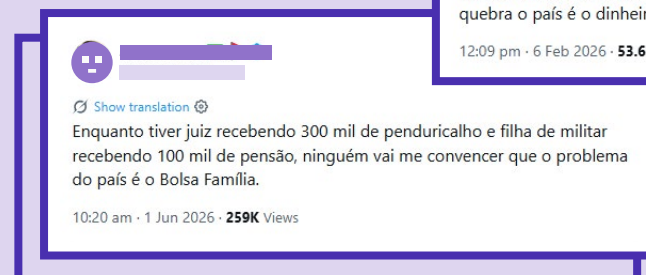
→ Circula majoritariamente nas redes sociais abertas (X, Instagram, Facebook e YouTube).

→ Os usuários utilizam os gastos com o alto funcionalismo para contrapor discursos que defendem cortes orçamentários em políticas sociais, como o Bolsa Família e o Vale-Gás. Mais de 8,9 mil posts fizeram uma comparação direta entre os penduricalhos e estes dois auxílios.

→ Os “penduricalhos” são retratados como uma despesa desproporcional e prejudicial ao equilíbrio das contas públicas, sendo apresentados como um problema mais relevante do que programas de transferência de renda, constantemente criticados em debates de enxugamento do Estado.

→ Além disso, argumenta-se que benefícios concedidos a uma minoria restrita consomem recursos públicos que deveriam estruturar a saúde, a educação e a segurança pública.

→ As publicações apresentam, em sua maioria, características de conteúdo orgânico e espontâneo, produzido por usuários de diferentes espectros políticos — da direita à esquerda —, indicando que essa narrativa transcende divisões ideológicas tradicionais.



MACRONARRATIVA 2:

O GOVERNO LULA EXPANDIU E TOLEROU OS PENDURICALHOS

→ Circula predominantemente em grupos públicos de WhatsApp e Telegram, ambientes de mensageria que favorecem interações mais fechadas e baseadas em relações de confiança entre os participantes.

→ Diferentemente do debate observado nas redes sociais abertas, a discussão nesses aplicativos desloca o foco da crítica aos penduricalhos para a responsabilização direta do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

→ Das cerca de 3.500 mensagens analisadas nos dois aplicativos de mensageria, 128 faziam uma referência explícita entre penduricalhos e “Lula”, “PT” ou “esquerda”.

→ As publicações afirmam, sem apresentar evidências que sustentem essa alegação, que os penduricalhos atingiram níveis recordes devido à atuação ou à tolerância deliberada da atual gestão federal.

→ Nessa macronarrativa, o tema deixa de ser tratado como um problema estrutural da administração pública e passa a ser enquadrado como uma falha específica do governo Lula, funcionando como elemento de mobilização política e crítica à gestão.

→ Observou-se que essa narrativa circula principalmente em grupos de WhatsApp e Telegram voltados a discussões políticas, eleições, campanhas e movimentos de direita, indicando que o tema vem sendo apropriado por esses espaços como parte da comunicação política de oposição.

→ Também se notou uma coordenação para promover essa narrativa. Uma mesma mensagem, que dizia que “durante o governo Lula, a média anual de salários e penduricalhos pagos a magistrados bateu recorde: R\$ 65,5 mil por mês”, foi enviada simultaneamente em cinco grupos públicos monitorados pela Open Measures.

Post Copy text

WhatsApp Debate Eleições/2026 Hamzo 2025-06-27 14:14 0

A ROUBALHEIRA NO DESGOVERNO DO LULADRÃO NÃO ACABA NUNCA: Projeto de Lei enviado pelo STF à Câmara prevê novo penduricalho

Veja em: <https://portalnovonorte.com.br/noticia/100019/projeto-de-lei-enviado-pelo-stf-a-camara-preve-novo-penduricalho>

Compartilhe e entre no nosso grupo do Whatsapp <https://chat.whatsapp.com/KMW5FBRtdIUCpzsI6c6Vku>

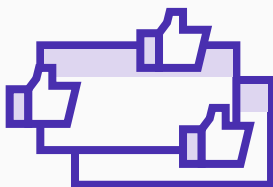
Post Copy text

Telegram Faz o L 2025-07-05 20:51 25 3018

Durante o governo Lula, a média anual de salários e penduricalhos pagos a magistrados bateu recorde: R\$ 65,5 mil por mês, segundo estudo com dados do CNJ. Enquanto a população enfrenta impostos altos e serviços públicos precários, a elite do funcionalismo segue ganhando cada vez mais.

6. OS PARTIDOS POLÍTICOS E OS PENDURICALHOS

PRINCIPAIS ACHADOS:

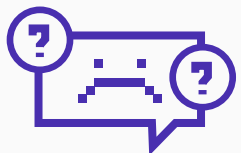


PSOL, Missão e NOVO lideraram a discussão partidária sobre penduricalhos, tanto pela frequência das publicações quanto pelo engajamento gerado nas redes sociais.



Embora os três partidos defendam o fim dos privilégios acima do teto constitucional, suas abordagens são distintas:

- O PSOL enfatiza a redistribuição de recursos;
- O Missão propõe uma proibição ampla e sem exceções;
- O NOVO concentra suas críticas no Judiciário, no Congresso e nos benefícios tributários.



O consenso contra os supersalários não elimina a desconfiança do público: nos comentários feitos em redes sociais, apoiadores cobram coerência e questionam se parlamentares e partidos também se beneficiam das vantagens que criticam.

Apesar da rejeição praticamente unânime aos penduricalhos, não existe consenso sobre a melhor forma de enfrentá-los. Cada partido político procura enquadrar o tema a partir de sua própria visão sobre o Estado, o funcionalismo público e a distribuição dos recursos públicos.

A análise das quase 440 mil publicações coletadas pelas ferramentas Meltwater e Open Measures para este estudo permitiu ao **Observatório Lupa** identificar os partidos e atores políticos que mais publicaram sobre o assunto e que obtiveram maior engajamento — medido pelo volume de comentários, curtidas e compartilhamentos. Entre as legendas que mais se destacaram estão PSOL, Missão e NOVO.

PSOL: COMBATE AOS PRIVILÉGIOS COM REDISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS



Nas redes sociais, parlamentares do PSOL apresentam o partido como uma força política sistematicamente contrária à criação ou à ampliação de benefícios destinados a servidores com remunerações próximas ao teto constitucional.

O argumento central é distributivo: os recursos hoje consumidos por supersalários, gratificações e vantagens adicionais deveriam ser direcionados a áreas como educação, saúde, segurança e cultura. Segundo essa narrativa, os penduricalhos reduzem o espaço orçamentário disponível para políticas públicas essenciais e aprofundam as desigualdades dentro do próprio funcionalismo.

Ao mesmo tempo, as publicações defendem que eventuais reajustes e melhorias salariais priorizem os chamados servidores da linha de frente, como professores, enfermeiros e outros profissionais responsáveis pela prestação direta de serviços à população.

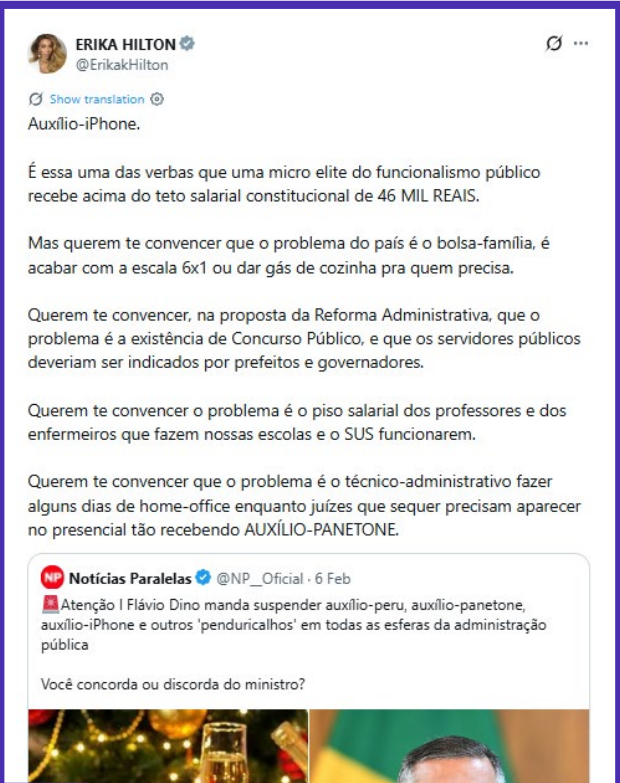


O discurso do PSOL, portanto, não está orientado para a redução do tamanho do Estado ou do número de servidores. A proposta é redistribuir os recursos atualmente concentrados nas carreiras mais bem remuneradas e fortalecer a base do serviço público.

A deputada federal Erika Hilton aparece como uma das principais vozes do partido nessa discussão. Algumas de suas publicações

ultrapassaram 500 mil visualizações no X, colocando seu perfil entre os de maior alcance no debate digital sobre penduricalhos.

Uma análise semântica de 50 comentários publicados em uma das postagens da deputada (e escolhidos aleatoriamente pelo Observatório Lupa) identificou duas reações predominantes. De um lado, usuários apoiaram as críticas aos supersalários e à concentração de benefícios. De outro, críticos acusaram Erika Hilton e o PSOL de incoerência, argumentando que seus parlamentares também recebem auxílios, verbas e gratificações.



ERIKA HILTON
@ErikakHilton

Show translation

VITÓRIA DO POVO

O Ministro Flávio Dino, do STF, acaba de ordenar a SUSPENSÃO do pagamento de penduricalhos e super salários acima do teto constitucional.

Pela Lei, nenhum funcionário público pode receber mais de R\$ 46.366,19. Mas isso está sendo desrespeitado por políticos, juizes, militares e outros cargos da alta casta do funcionalismo público.

Isso corrói os cofres públicos da União, dos estados e dos municípios. Isso tira dinheiro da educação, da saúde, da segurança e da cultura.

Isso tira o dinheiro que poderia ir pro bolso dos funcionários públicos da linha de frente, como professores e enfermeiros, e coloca no bolso de poucos.

E essa decisão ocorre logo após a Câmara dos Deputados aprovar um mecanismo que permite que o salário de uma pequena parte de seus servidores atinja 77 MIL REAIS POR MÊS.

Nós, do PSOL, nos posicionamos completamente CONTRA esse mecanismo e a Federação PSOL-REDE foi a ÚNICA que apresentou um Destaque para tentar evitar sua aprovação.



Fernanda Melchionna
@fernandapsol

Show translation

Somos contra supersalários no Congresso Nacional!

Ontem foi aprovado o reajustes dos servidores do legislativo. O projeto, no entanto, contém "penduricalhos" que criam gratificações de desempenho que podem chegar a 100% do salário-base e ultrapassar o teto constitucional do salário de servidor público. Estamos falando de salários de mais de R\$ 70 mil! O PSOL apresentou um destaque para retirar este trecho do projeto, que foi rejeitado.

Reajuste de salário e reestruturação da carreira dos servidores que trabalham na base são fundamentais, direito de qualquer trabalhador. Mas não é possível que, mais uma vez, o Congresso inimigo do povo se utilize de uma pauta legítima para benefício próprio.

4:21 pm · 4 Feb 2026 · 15.6K Views

MISSÃO: UMA PROPOSTA APRESENTADA COMO RUPTURA TOTAL



Diante dos penduricalhos, o Missão procura se apresentar nas redes sociais como o único partido com uma proposta capaz de eliminar integralmente os supersalários e os penduricalhos.

Esse posicionamento está fortemente associado à figura do deputado federal Kim Kataguiri. Enquanto parlamentares do PSOL tendem a vincular a pauta à identidade coletiva da legenda, Kim costuma fazer suas publicações em primeira pessoa. Com isso, concentra em sua própria imagem a defesa da proposta e se torna, na prática, o principal porta-voz do partido sobre o tema.

De acordo com as publicações analisadas, a proposta central do Missão é impedir que qualquer servidor público que já tenha alcançado o teto constitucional receba benefícios ou adicionais capazes de elevar sua remuneração — independentemente do Poder, da carreira ou da esfera federativa.

Kim Kataguiri
@KimKataguiri

Show translation

Propostas do @PartidoMissao:

- Guerra ao crime organizado
- Pena de morte e prisão perpétua
- Desfavelização
- Reindustrialização do Nordeste
- Fim dos privilégios do funcionalismo público

Propostas do Flavio Bolsonaro:

- Blindagem para o STF
- Contra pena de morte
- Ressocialização pra vagabundo
- Anistia pro papai

5:23 pm · 2 Mar 2026 · 126.5K Views

Uma publicação de Kim Kataguiri sobre o assunto alcançou 378 mil visualizações no X, posicionando o deputado entre os atores políticos de maior influência digital na discussão sobre penduricalhos.

Show translation

Tem que acabar com os super salários mais também tem que acabar com todas as regalias do congresso, no Brasil temos o congresso e o judiciário mais caros do mundo

4:42 pm · 17 Jul 2025 · 5.687 Views

Os comentários feitos nas publicações de Kim revelam uma dinâmica semelhante à observada nos posts de Erika Hilton. Parte dos usuários manifesta apoio à eliminação dos privilégios. Outra parte questiona os valores, benefícios e estruturas remuneratórias do próprio sistema político, cobrando que o combate aos penduricalhos também alcance deputados, senadores e demais agentes públicos eleitos.

NOVO:
FOCO NO JUDICIÁRIO,
NO CONGRESSO E NAS
VANTAGENS TRIBUTÁRIAS



Políticos do NOVO também defendem a eliminação de benefícios e gratificações que façam a remuneração de agentes públicos ultrapassar o teto constitucional.

Nas publicações analisadas, porém, o partido concentra suas críticas sobretudo no Poder Judiciário. Magistrados, tribunais e associações de classe aparecem com mais frequência do que o Congresso Nacional como símbolos de um sistema remuneratório considerado excessivo e distante da realidade da maioria da população.

O discurso do partido também chama atenção para a isenção de impostos aplicada a determinadas verbas indenizatórias e gratificações, além de criticar benefícios concedidos a servidores do Congresso Nacional.



Marina Helena, candidata do NOVO à Prefeitura de São Paulo em 2024, foi uma das vozes da legenda com maior engajamento digital sobre o tema durante o período analisado.

Eduardo Girão @EduGiraoOficial

PLENÁRIO FECHADO?ESCREVE NOS COMENTÁRIOS P/ONDE DEVO DOAR MEU SALÁRIO DE FEVEREIRO

Eu levo o @senadofederal a sério e encaro esse trabalho como uma missão de Vida.Por isso e-sem julgar outros parlamentares,pois sei que eles não tem culpa e também graças a Deus tenho outras rendas-fico constringido com o que está acontecendo esse mês onde,até agora,tivemos apenas um dia no Plenário-e virtual!Tivemos uma única sessão para discursos,muitas vezes o que sobra para uma oposição denunciar,se posicionando em relação aos desmandos do Governo federal,STF e a má vontade para investigar MEGA escândalos que envolvem poderosos como no INSS e Banco Master...Quem sai ganhando com o Plenário fechado?E como se já não bastasse o descontrole das contas públicas onde o Gov Lula continua dando péssimo exemplo,o @senadofederal mostra o quanto é fiscalmente irresponsável com o País. Um escárnio a farra feita com o dinheiro do pagador de impostos-o seu \$-num mês que praticamente foi de um recesso prolongado desde dezembro;algo que eu nunca tinha visto em 7 anos de mandato na Casa.Aliás,não acho justo receber o salário desse mês,mas como não tem como evitar,lanço aqui uma campanha que peço sua participação:para qual entidade você gostaria que eu destinasse a parte líquida de proventos de 46 MIL REAIS deste fevereiro?Diz aqui nos comentários,por favor,e no começo de março prestarei contas a partir da votação em todas as minhas redes sociais.

Sim,é muito triste ver o que o Senado tem feito com o brasileiro que gasta 6 BILHÕES/ano para bancar o funcionamento da Casa.É incrível mas é verdade e torno a repetir;desde o retorno das atividades legislativas,tivemos apenas uma sessão(remota),e o pior; usada para aprovar penduricalhos para servidores do Congresso. Enquanto isso,o Brasil aguarda a instalação da CPI/CPMI do Banco Master,que depende de iniciativa do pres Alcolumbre em plenário...Vamos continuar vigilantes e pró ativos denunciando o que está errado.Paz & Bem.

10:52 am · 28 Nov 2025 · 23 Views

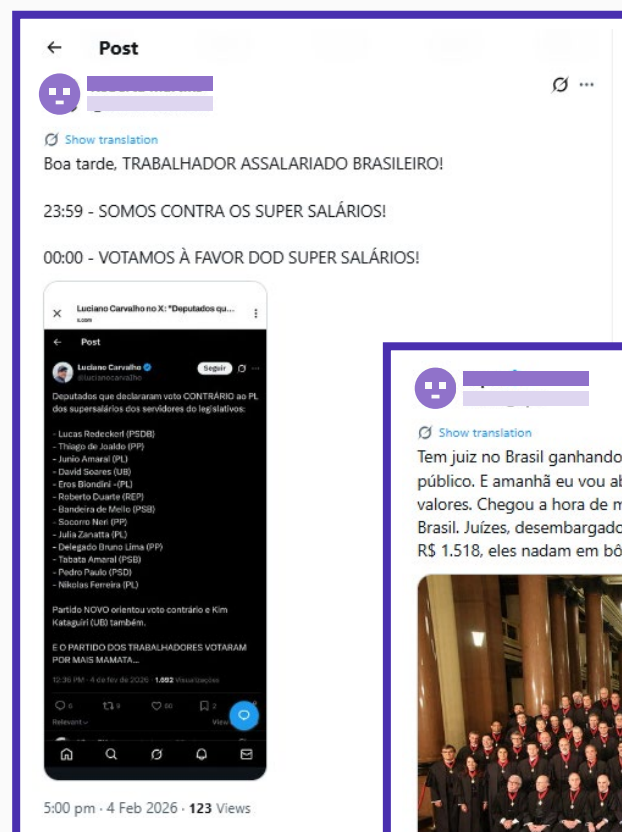
A análise semântica dos comentários deixados por internautas em uma de suas publicações mostra que a indignação com os gastos do Judiciário é a reação predominante. Juízes e magistrados são retratados como beneficiários de privilégios incompatíveis tanto com a qualidade dos serviços oferecidos pelo Estado quanto com a realidade econômica da população trabalhadora.

A GUERRA DE NARRATIVAS: QUEM É REALMENTE CONTRA OS PENDURICALHOS?

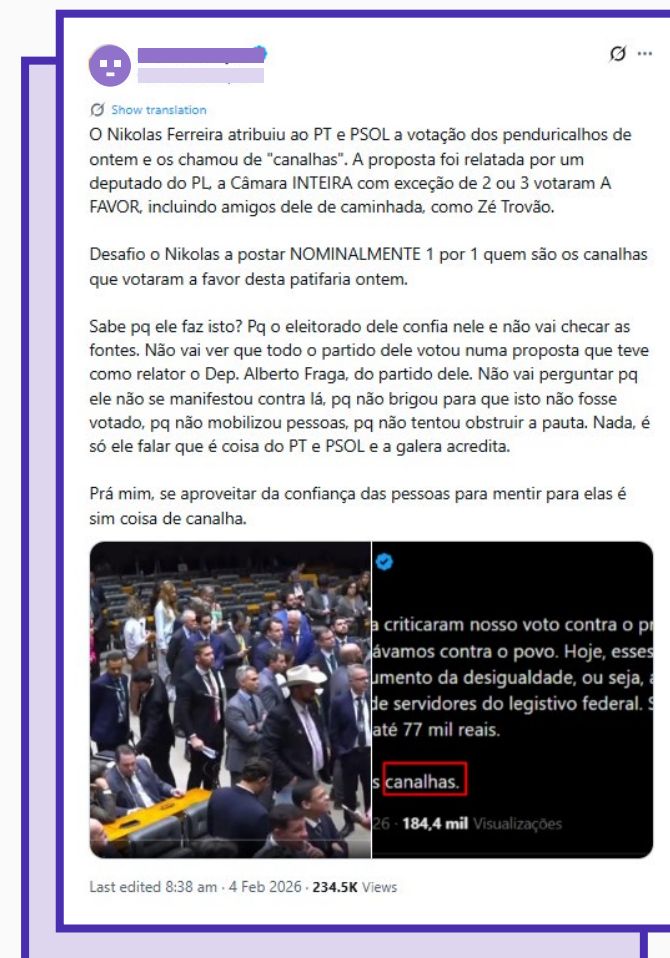
Além do debate sobre propostas, as redes sociais abrigam uma disputa política pela autoria do combate aos penduricalhos. Quem é o “verdadeiro líder desse enfrentamento”?

Como a rejeição aos supersalários encontra amplo respaldo entre os eleitores, partidos, parlamentares e influenciadores procuram demonstrar que são os representantes mais legítimos dessa agenda. Ao mesmo tempo, acusam seus adversários de adotar um discurso público contrário aos privilégios, mas agir de forma diferente nas votações do Congresso ou na defesa de interesses corporativos.

O resultado é uma guerra de narrativas marcada por acusações de incoerência e oportunismo. Mais do que apresentar soluções, os atores políticos disputam o direito de serem reconhecidos como os verdadeiros responsáveis pelo enfrentamento dos penduricalhos.



Essa dinâmica mostra que o tema funciona simultaneamente como uma pauta fiscal, uma bandeira anticorrupção e uma ferramenta de diferenciação eleitoral. Nas redes, acabar com os supersalários deixou de ser apenas uma proposta: tornou-se também um ativo político em disputa que certamente será usado na campanha eleitoral deste ano.



METODOLOGIA

Este estudo teve como objetivo analisar o debate público sobre o funcionalismo público brasileiro no ambiente digital, com foco no tema que concentra a maior parte das discussões ao longo do período analisado: os chamados penduricalhos no serviço público.

A pesquisa combinou técnicas de monitoramento de mídias sociais (*social listening*), análise quantitativa de grandes volumes de dados e análise qualitativa das principais narrativas que circularam nas redes sociais e em aplicativos de mensagem.

PERÍODO DE ANÁLISE

A coleta de dados abrangeu o período de 1º de julho de 2025 a 1º de julho de 2026, permitindo acompanhar a evolução das conversas ao longo de doze meses e identificar picos de atenção relacionados a decisões judiciais, debates legislativos, mobilizações políticas e acontecimentos de grande repercussão pública.

FONTES DE DADOS

O monitoramento foi realizado por meio de duas plataformas de inteligência digital, escolhidas por oferecerem cobertura complementar de diferentes ambientes online.

- A Meltwater foi utilizada para coletar publicações das plataformas X (Twitter), Facebook, Instagram, YouTube, LinkedIn, TikTok, Threads, Bluesky e Snapchat.
- A Open Measures foi empregada para monitorar conteúdos publicados em canais e grupos públicos de WhatsApp e Telegram, ambientes que desempenham papel relevante na circulação de conteúdos políticos e na disseminação de narrativas de difícil rastreamento nas redes abertas.

A utilização conjunta das duas ferramentas permitiu ampliar a cobertura do ecossistema digital, contemplando tanto plataformas abertas quanto aplicativos de mensageria.

ESTRATÉGIA DE COLETA

A coleta foi realizada por meio de consultas booleanas (Boolean queries) elaboradas especificamente para identificar publicações relacionadas ao funcionalismo público e aos temas centrais da pesquisa. Todas as buscas foram restritas a conteúdos publicados em língua portuguesa.

Para monitorar as discussões sobre o funcionalismo público de forma ampla, foi utilizada a seguinte consulta:

("SERVIDOR PÚBLICO" OR "FUNCIONALISMO" OR "FUNCIONÁRIO PÚBLICO"
OR "SERVIÇO PÚBLICO")

Para identificar conteúdos relacionados aos penduricalhos e às vantagens remuneratórias, foi utilizada a seguinte estratégia:

("PENDURICALHO" OR "PENDURICALHOS" OR "PARCELA REMUNERATÓRIA"
OR "PARCELA INDENIZATÓRIA")
OR
(("PRIVILÉGIOS" OR "PRIVILÉGIO" OR "MAMATA") AND ("SERVIDOR" OR
"FUNCIONALISMO"))

Essa consulta buscou capturar tanto menções diretas aos chamados penduricalhos quanto expressões frequentemente empregadas no debate público para se referir a benefícios, gratificações e privilégios atribuídos a servidores públicos.

BASE DE DADOS

Ao final do período de coleta, foram identificadas:

- 439 mil publicações sobre penduricalhos nas plataformas monitoradas pela Meltwater, e 3.573 mensagens em canais e grupos públicos de WhatsApp e Telegram monitorados pela Open Measures.

Esses conjuntos de dados serviram de base para as análises apresentadas neste relatório, que combinam indicadores de volume, evolução temporal, alcance, engajamento e análise qualitativa das principais narrativas, atores e enquadramentos presentes nas conversas digitais.

LIMITAÇÕES

O estudo baseia-se exclusivamente em postagens públicas e, portanto, não contempla conteúdos publicados em ambientes privados ou em perfis fechados nas redes sociais.

Além disso, as ferramentas utilizadas apresentam limitações de cobertura, com diferentes níveis de acesso às plataformas. Essas restrições decorrem, em grande parte, das políticas de acesso definidas pelas próprias empresas de tecnologia.

